

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Eólica Ibirapuitã S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Eólica Ibirapuitã S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Eólica Ibirapuitã S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 18 de março de 2020.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.950	308	Empréstimos e financiamentos	8	3.838	3.477
Contas a receber de clientes	4	1.653	1.159	Fornecedores	9	124	227
Impostos a recuperar	5	312	321	Obrigações sociais e trabalhistas		4	3
Despesas antecipadas		55	54	Obrigações tributárias	10	421	169
Outros ativos circulantes		135	139	Provisões passivas	11	379	379
Penalidades contratuais - WEG		-	265	Partes Relacionadas	13	-	321
		7.105	2.246	Penalidade Weg		78	-
				Outras contas a pagar		22	23
						4.866	4.599
Não circulante				Não circulante			
Fundos Vinculados	6	3.500	3.431	Empréstimos e financiamentos	8	31.636	32.067
Imobilizado	7	94.618	109.440	Contingências		248	-
Intangível - Servidões		333	333	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	12	5.588	5.357
		98.451	113.204			37.472	37.424
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	64.976	64.976
				Prejuízos acumulados		(1.758)	(7.489)
				Reserva de lucros		-	15.940
						63.218	73.427
Total do ativo		105.556	115.450	Total do passivo e do patrimônio líquido		105.556	115.450

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas	15	17.619	17.041
(-) Custo de operação	16	(14.669)	(13.429)
(=) Lucro bruto		2.950	3.612
(+/-) Despesas operacionais	17	(9.369)	(7.104)
(=) Resultado operacional		(6.419)	(3.492)
Receitas financeiras	18	92	350
Despesas financeiras	18	(3.240)	(4.347)
(=) Resultado financeiro		(3.148)	(3.997)
(=) Prejuízo antes das provisões tributárias		(9.567)	(7.489)
Imposto de renda e contribuição social	19	(642)	-
(=) (Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(10.209)	(7.489)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	<u>(10.209)</u>	<u>(7.489)</u>
Instrumentos financeiros	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(10.209)</u>	<u>(7.489)</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	<u>(10.209)</u>	<u>(7.489)</u>
	<u>(10.209)</u>	<u>(7.489)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais mil)

	Capital social integralizado	Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.976	1.045	14.895	-	80.916
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.489)	(7.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	64.976	1.045	14.895	(7.489)	73.427
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.209)	(10.209)
Absorção de prejuízos acumulados (Art. 189 Lei 6.404/76)	-	(1.045)	(14.895)	15.940	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.976	-	-	(1.758)	63.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes dos impostos	(9.567)	(7.489)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Impairment	8.428	6.507
Depreciações e amortizações	6.413	6.219
Baixa do imobilizado	-	(47)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	231	1.329
Custo de captação do empréstimo	53	(116)
Encargos Financeiros	2.804	3.465
Constituição (reversão) provisão para contingências	248	-
Bônus contratual O&M	78	581
	8.688	10.449
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(494)	(87)
Impostos a recuperar	9	736
Despesas pagas antecipadamente	(1)	127
Depósitos judiciais	-	18
Outros ativos	4	(139)
Penalidade WEG	265	(152)
Penalidades Contratuais	-	(124)
Fornecedores	(103)	(1.534)
Provisões passivas	-	(47)
Obrigações trabalhistas e sociais	1	(5)
Obrigações tributárias	13	(280)
Outro passivos circulantes e não circulantes	(1)	6
	8.381	8.968
Caixa líquido das atividades operacionais	8.381	8.968
Juros pagos	(1.430)	(3.355)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(403)	(305)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	6.548	5.308
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado/intangível/Investimentos	(19)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(19)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento/(redução) dos empréstimos		
Operações com Partes Relacionadas/AFAC	(321)	387
Captações	213	-
Pagamento empréstimos - principal	(1.710)	(3.413)
Pagamento de dividendos	-	(5.147)
Fundos vinculados	(69)	(244)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(1.887)	(8.417)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.642	(3.109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	308	3.417
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.950	308
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.642	(3.109)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Eólica Ibirapuitã S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A Companhia faz parte do Complexo Eólico de Livramento, sendo uma subsidiária integral da Livramento Holding S.A., tendo sido criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de março de 2016 a gestora de recursos Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

Em Assembleia Geral realizada no dia 18 de novembro de 2019 a Companhia levou a conhecimento dos demais acionistas a transferência da participação acionária da Elos (Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social) para a titularidade da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul.

O Parque Ibirapuitã possui 25,2 MW médios de potência instalada com um total de 10,3 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do parque Eólico Ibirapuitã foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para se estabelecer como Produtora Independente de Energia Elétrica.

As atividades do Parque Eólico Ibirapuitã se iniciaram em dezembro de 2011, quando ocorreram os primeiros aportes de capital pela holding para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação do parque eólico e algumas despesas administrativas iniciais.

Em novembro de 2014, foi efetuada a troca do fornecedor dos aerogeradores do parque, por insuficiência operacional da WPE Windpower. A WEG Equipamentos Elétricos S.A. foi a nova fornecedora dos 12 Aerogeradores contratado para entrega dos parques até maio de 2015. As atividades de implantação da Central Geradora Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2020 a central eólica encontra-se em operação comercial.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

1.1. Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Portaria</u>	<u>Data publicação</u>	<u>Capacidade instalada</u>	<u>Prazo de duração</u>
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Em Julho/2015, a potência instalada foi alterada para 25.200kw através da resolução autorizativa Aneel número 5.366.

1.2. Efeitos da Pandemia

A pandemia do COVID-19, de maneira geral, não afetou de forma significativa as atividades operacionais e administrativas do Parque Eólico Ibirapuitã e das demais atividades nos parques eólicos que se encontram inoperantes, pertencentes às Eólicas do Sul no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, resultado de uma série de medidas que foram tomadas visando a proteção de nossos colaboradores, e a minimização de interferências nos trabalhos de manutenções, tanto corretivas como preventivas.

Os maiores problemas advieram da necessidade de aquisição de componentes importados para a manutenção de torres anemométricas dos parques, o que gerou períodos de dificuldade de comunicação com a EPE e ONS. Todavia, os dados foram coletados manualmente e enviados aos interessados. Por outro lado, a WEG adotou medidas protetivas ao contágio, que não afetaram as atividades de operação e manutenção do parque gerador de receita.

O município de Santana do Livramento apresenta hoje um quadro da infecção que continua merecendo atenção. Felizmente, não houve nenhum relato de ocorrência entre nossos colaboradores e empresas parceiras.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e segundo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não conflitam com as do CPC.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 04 de março de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, intangível, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

▪ **Classificação - ativos e passivos financeiros;**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

▪ **Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais.**

O CPC 48 estabelece um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas” aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa serão estabelecidas quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, a conta a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. A Companhia não tem histórico de inadimplência em suas contas a receber.

2.2.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Demonstramos a seguir, a estimativa de vida útil do imobilizado:

	<u>Vida útil</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável os correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

2.2.8. Reconhecimento de receita

O Pronunciamento Contábil CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Administração da Companhia a entender que não há impactos significativos no reconhecimento da receita desde a entrada em vigência do novo pronunciamento contábil.

2.2.9. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro presumido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos trimestralmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

2.2.10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	3.722	19
Aplicações financeiras	1.228	289
	<u>4.950</u>	<u>308</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia.

4. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de venda de energia	691	1.159
Venda de Energia	962	-
	<u>1.653</u>	<u>1.159</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente a provisão de venda de energia representa a venda do mês de dezembro, cujas faturas serão emitidas no mês subsequente.

5. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS a recuperar	23	25
COFINS a recuperar	102	111
IRRF sobre aplicação	4	70
IRRF a recuperar	-	3
IRRF e CSSL a Compensar	183	112
	<u>312</u>	<u>321</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

6. Fundos vinculados

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação Bradesco DI - O&M	696	682
Aplicação Bradesco DI - Serviço da dívida	2.804	2.749
	<u>3.500</u>	<u>3.431</u>

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. A totalidade da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira em decorrência de empréstimos tomados. As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo em 31/12/2020	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.345	(1.482)	6.863	7.141
Máquinas e equipamentos	3,8	126.678	(30.495)	96.183	101.901
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	3,8	12.649	(2.222)	10.427	10.844
(-) Impairment (a)		(25.057)	-	(25.057)	(16.629)
Em curso					
Geração					
A ratear		-	-	-	-
Material em depósito		6.202	-	6.202	6.183
Adiantamento a fornecedores		19.987	-	19.987	19.987
(-) Provisão para perda		(19.987)	-	(19.987)	(19.987)
Total Imobilizado		<u>128.817</u>	<u>(34.199)</u>	<u>94.618</u>	<u>109.440</u>

As taxas utilizadas para depreciação do imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

Demonstramos a seguir a movimentação do imobilizado para os exercícios de 2020 e 2019:

EÓLICA IBIRAPUITÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2019	Impairment	Aquisições	Depreciação	31/12/2020
Em serviço					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.141	-	-	(278)	6.863
Máquinas e equipamentos	101.901	-	-	(5.718)	96.183
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	10.844	-	-	(417)	10.427
(-) Impairment (a)	(16.629)	(8.428)	-	-	(25.057)
Em Curso					
Geração					
Adiantamento de fornecedores	19.987	-	-	-	19.987
Material em depósito	6.183	-	19	-	6.202
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	(19.987)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
	109.440	(8.428)	19	(6.413)	94.618
Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2018	Impairment	Baixas	Depreciação	31/12/2019
Em serviço					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.419	-	-	(278)	7.141
Máquinas e equipamentos	107.426	-	-	(5.525)	101.901
Sistema de transmissão de conexão					
Máquinas e equipamentos	11.260	-	-	(416)	10.844
Impairment (c)	(10.122)	(6.507)	-	-	(16.629)
Em curso					
A ratear (b)	46	-	(46)	-	-
Adiantamento de fornecedores (a)	19.987	-	-	-	19.987
Material em depósito	6.183	-	-	-	6.183
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	(19.987)
Total imobilizado	122.212	(6.507)	(46)	(6.219)	109.440

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

a. Adiantamento a fornecedores

Em 07 de fevereiro de 2014, as empresas pertencentes ao Grupo Eólicas do Sul, dentre as quais a Eólica Ibirapuitã S.A. firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A. O montante de R\$ 19.987, refere-se ao total dos valores adiantados pela Companhia ao fornecedor. Devido ao não cumprimento das obrigações pelo contratado, este valor encontra-se integralmente provisionado.

Contextualizando o motivo da provisão, em 05 de dezembro de 2014, a Wind Poder apresentou pedido de Recuperação Judicial. Em 12 de fevereiro de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A. e a Eólica Ibirapuitã S.A.; em conjunto com a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com um crédito de R\$ 157.848. As empresas apresentaram Divergência de Crédito solicitando a sua alteração para R\$ 307.437.

Em 11 de maio de 2015, o Administrador Judicial apresentou a 2ª Lista de Credores, com seu parecer acerca da Divergência, acolhendo-a parcialmente, aceitando o aumento do crédito até o limite do valor anteriormente executado pelas empresas em face da Wind Power, no montante de R\$ 239.974, sendo R\$ 164.202 devidos à Eólica Cerro Chato IV S.A.; à Eólica Cerro Chato V S.A.; à Eólica Cerro Chato VI S.A.; à Eólica Cerro dos Trindade S.A. e à Eólica Ibirapuitã S.A. Em 19 de março de 2018, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, na qual o Plano de Recuperação Judicial da Wind Power foi aprovado por todas as classes de credores. Em 07 de fevereiro de 2019, ocorreu a homologação judicial do referido Plano.

Uma das alternativas para o pagamento dos credores é a venda de determinados ativos pela Wind Power, que deverá ocorrer no prazo de até 24 meses após a homologação do Plano. Este prazo, no entanto, ficou suspenso entre março e setembro de 2020, atrasando a execução do plano aprovado. Isso porque em razão da pandemia a justiça determinou a suspensão da Recuperação Judicial, por se tratar de processo que tramita em via física, e não digitalmente.

b. A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos parques eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

c. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2020, avaliação individual de sua Unidade Geradora de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do impairment. A Companhia classificou seu projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O impairment está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Anualmente, a Companhia revisa as premissas e resultados, o que gera complemento ou reversões de impairment. Em dezembro de 2020 as projeções indicaram a necessidade de um aumento de R\$ 8.428 nesta provisão, cujo saldo na data base passou a ser R\$ 25.057.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Principais premissas adotadas

	2020
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	6,65 % pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	Média de geração desde o início da operação.

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	31/12/2019
BNDES - Principal	35.841	35.853
BNDES - Encargos	116	132
BNDES - Custo de captação	(483)	(441)
Total	35.474	35.544
Circulante	3.838	3.477
Não Circulante	31.636	32.067

Demonstramos a seguir a movimentação dos empréstimos:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Saldo no início do exercício	3.477	3.540
Transferências do não circulante	345	3.225
Amortização - (Principal e encargos)	(3.140)	(6.768)
Captação	308	-
Encargos	2.804	3.465
Adição Custo de Captação	(9)	(14)
Amortização do Custo de Captação	53	29
Saldo no final do exercício	3.838	3.477
Não circulante		
Saldo no início do exercício	32.067	35.423
Adição Custo de Captação	(86)	-
Custo de captação do empréstimo	-	(131)
Transferências para o circulante	(345)	(3.225)
Saldo final do exercício	31.636	32.067
	35.474	35.544

O montante de empréstimos tem a seguinte composição por ano de vencimento:

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ano de vencimento	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	3.477
2021	3.838	3.346
2022	3.721	3.346
2023	3.721	3.346
2024	3.721	3.346
Após 2024	20.473	18.683
	<u>35.474</u>	<u>35.544</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 31.636, referente à segunda parcela dos empréstimos obtidos junto ao Banco.

Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado novo contrato de financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o qual determinou que os saldos deixassem de ser atualizados pela TJLP + 2,18% a.a. e a partir da adoção do novo contato os encargos passariam para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela de TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Além disso, houve a troca dos recebíveis oriundos do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para os negociados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia ofereceu, a título de garantias, além dos recebíveis, os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e valores caucionados em contas reservas.

A Companhia possui obrigação anual, ao encerramento do exercício, de covenants (cláusulas restritivas) de financiamentos exigidos após o início do prazo de amortização correspondente à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” igual ou superior 1,3 ao final do exercício, o qual foi cumprido pela Companhia em 2020.

9. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	19	122
TUST provisão	105	105
	<u>124</u>	<u>227</u>

10. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
ISS a pagar	1	6
CSRF a pagar	12	26
IRRF a pagar	5	2
INSS retido a pagar	57	28
IRPJ sobre a receita	153	-
CSLL sobre a receita	86	-
PIS sobre a receita	19	19
COFINS sobre a receita	88	88
ICMS a pagar	-	-
	<u>421</u>	<u>169</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

11. Provisões passivas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços de engenharia	379	379
	<u>379</u>	<u>379</u>

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

12. Ressarcimento Contrato CCEAR

Os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pelas empresas do grupo Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

O saldo remanescente dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que havia sido previsto pela administração até o exercício findo em 2017 é diferente do divulgado como oficial pela CCEE em 2018. Basicamente a divergência numérica para maior está na data base do PLD médio utilizado. Pela leitura dos contratos, a Companhia utiliza 31 de março de 2017, data em que não há mais a obrigação de entrega de energia ao ambiente regulado, ao passo que a Câmara de Energia utiliza 31 de dezembro de 2017.

A Companhia discutiu a forma de cálculo administrativamente com a ANEEL, mas teve seu pleito negado pela referida Agência em maio de 2019, motivo pelo qual para efeito de provisões no passivo de longo prazo, o que está registrado na data base dezembro de 2020 é o montante calculado pela CCEE.

Os valores a serem ressarcidos às distribuidoras serão objeto de negociação bilateral e estão sendo atualizados à IPCA.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Não circulante		
Saldo início do exercício	5.357	4.028
Transferência	-	-
Variação IPCA sobre saldo de provisão acumulado	231	169
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado (a)	-	1.160
Saldo no final do exercício	<u>5.588</u>	<u>5.357</u>

(a) Ajuste do ressarcimento conforme PLD quadrienal atualizado.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

13. Partes relacionadas

Contas a pagar	Natureza	31/12/2020	31/12/2019
CGT Eletrosul	Créditos a pagar	-	321
		-	321

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da acionista controladora Livramento Holding S.A. e suas controladas, totalizou R\$ 187 (R\$ 282 em 31 de dezembro de 2019), e inclui salários, honorários e remuneração variável.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como a Companhia não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações	%	Ações	%
Livramento Holding S.A	64.976	100	64.976	100
	64.976	100	64.976	100

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Capital Social da Companhia é de R\$ 64.976, representadas por ações ordinárias que não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertencente a acionistas domiciliados no país. As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

b. Reserva de lucros

Legal

A legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados.

c. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária.

Em decorrência dos prejuízos apresentados, não ocorreu destinação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

d. Prejuízos acumulados

De acordo com artigo 189 da Lei 6.404/76, o prejuízo acumulado no montante de R\$17.698 foi parcialmente absorvido pelas reservas de lucros.

15. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Bruta		
Penalidade - WEG	(78)	429
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	12	(82)
Receita de venda de energia - Comercialização	364	1.124
Receita de venda de energia - MCSD	18.154	17.580
	<u>18.530</u>	<u>18.704</u>
Deduções da receita bruta		
PIS	(134)	(345)
COFINS	(621)	(1.589)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(78)	(76)
Receita líquida operacional	<u>17.619</u>	<u>17.041</u>

16. Custo de operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(187)	(272)
Serviços de terceiros	(5.916)	(4.772)
Depreciação	(6.417)	(6.219)
Rearcimento por geração reduzida - CCEAR	(231)	(1.330)
Encargos de uso da Transmissão	(1.350)	(1.181)
Outros custos operacionais	(568)	345
	<u>(14.669)</u>	<u>(13.429)</u>

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

17. Despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(18)	(10)
Serviços de terceiros	(642)	(568)
Impairment	(8.428)	(6.507)
Outras despesas operacionais	(281)	(19)
	(9.369)	(7.104)

18. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de aplicações financeiras	92	350
Receitas financeiras	92	350

	31/12/2020	31/12/2019
Encargos da dívida	(2.857)	(3.495)
Multas e juros contratuais	(100)	-
Despesas bancárias	(89)	(72)
Juros e multa	(128)	(1)
IOF	(6)	(1)
Tarifa prestação fiança	(55)	(377)
Outras despesas financeiras	(5)	(401)
Despesas financeiras	(3.240)	(4.347)
Total líquido	(3.148)	(3.997)

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

19.1. Tributos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados através de 'lucro presumido'. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a: i) 8% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) do faturamento da Companhia acrescido de outras receitas operacionais para fins de imposto de renda; e ii) 12% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) da mesma base tributável para fins de contribuição social.

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido do adicional de 10%, sobre o excedente a R\$ 240. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

IRPJ	2020
Receita bruta sujeita a 8%	20.689
Lucro presumido 8%	1.655
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	91
Base de cálculo do IRPJ	1.746

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>
IRPJ 15%	260
IRPJ adicional 10%	151
Total a pagar IRPJ	411
CSLL	
Receita bruta sujeita a 12%	20.689
Lucro presumido 12%	2.483
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	91
Base de cálculo da CSLL	<u>2.574</u>
CSLL 9%	232
Total a pagar CSLL	232
Total IRPJ e CSLL	642

No ano de 2019 a Companhia apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social a pagar de acordo com o regime do “lucro real”. Neste regime, o lucro operacional tributável é ajustado por adições ou exclusões de acordo com a legislação vigente.

O Imposto de Renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A Contribuição Social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável. Conseqüentemente, representam uma taxa de 34% para 31 de dezembro de 2019.

	<u>31/12/2019</u>
Lucro(Prejuízo) antes do IR e CSLL	(7.490)
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e Contribuição Social	34%
Imposto de renda e Contribuição social às alíquotas da legislação	-
Outras exclusões	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Líquidos	-

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Contas correntes bancárias	-	3.722	-	19
Aplicações financeiras	1.228	-	289	-
Fundos vinculados	3.500	-	3.431	-
Contas a receber de clientes	-	1.653	-	1.159
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	35.474	-	35.544
Fornecedores	-	124	-	227

b. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2020 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2021. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Índices	Taxa 2020 (%)	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%	
	Saldo em 31/12/2020	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI	2,75%	2,06%	1,38%	
TJLP	4,55%	5,69%	6,83%	
Ativo (redução)				
Fundos Vinculados	3.500	CDI	72	48
Passivo (aumento)				
Empréstimos e Financiamentos	35.474	TJLP	2.018	2.423

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias, e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Os objetivos da Companhia são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

21. Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, nas esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco possível, provável e remoto de materialização. Os processos de risco possível e aqueles que a Companhia entende que merecem destaque serão a seguir detalhados.

a. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013) (Êxito provável)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para a Companhia.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessores jurídicos externos, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável, e o processo aguarda julgamento em 1ª instância desde setembro de 2017. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

b. Ação de Reparação por Perdas e Danos - Geonaturae (Perda provável)

Em julho de 2018 a empresa Geonaturae Comércio de Serviços Ambientais Ltda. ingressou com Ação de Reparação por Perdas e Danos, solicitando o pagamento de R\$ 248, a título de perdas e danos, acrescido de juros e correção monetária, em função da quebra do contrato firmado com a Companhia, em virtude da sua rescisão. Após regular instrução processual, foi proferida sentença julgando a ação procedente em novembro de 2020. Foi interposto recurso de apelação com o objetivo de reformar a sentença e uma provisão deste valor foi constituída em dezembro 2020 no passivo não circulante.

c. Reclamatórias trabalhistas (perda provável)

A Companhia possui uma reclamatória trabalhista, de funcionário de empresa que lhe prestou serviço, possuindo responsabilidade subsidiária. O valor estimado da referida ação é de R\$ 1,1.

d. Requerimento Administrativo - ANEEL

Em 06 de julho de 2018, a Eólica Ibirapuitã S.A. protocolou junto à ANEEL Requerimento Administrativo, que tinha por objetivo a revisão dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs registrados em 2017 que, num primeiro momento, tiveram o seu volume reduzido para o período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 2017, suspendendo a possibilidade de entrega de energia nesse período e, posteriormente, foram integralmente rescindidos, encerrando suas obrigações contratuais quanto à entrega de energia para os agentes compradores. Tais situações foram possíveis em virtude do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCS D): MCS D de Energia Nova A-0 e MCS D Energia Nova A4+.

O Requerimento Administrativo acima descrito apresenta os argumentos da empresa no sentido de que o cálculo do ressarcimento deve considerar a referência de preço médio do PLD aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia, qual seja até 31 de março de 2017 e não até dezembro do mesmo ano, conforme o cálculo apresentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No entanto, referido Requerimento foi negado pela Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da ANEEL, conforme Despacho nº 2.141, de 19 de setembro de 2018.

Em 11 de janeiro de 2019 foi protocolado o Pedido de Anulação, elaborado por escritório especialista em demandas perante a ANEEL, que tem por finalidade a reversão da decisão tomada pela Agência, nos termos do Despacho anteriormente mencionado e a reapuração dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs rescindidos em virtude do processamento do MCS D, de maneira a considerar a referência de preço aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia. No entendimento do escritório que patrocinava o processo administrativo perante a ANEEL a chance de sucesso do Pedido de Anulação era provável.

No entanto, em 28 de maio de 2019 a Diretoria da ANEEL, por unanimidade, decidiu, negar provimento ao Pedido de Anulação, mantendo na íntegra o Despacho nº 2.141/2018. A Administração da Companhia iniciou, em janeiro de 2020, uma discussão judicial acerca da decisão da ANEEL. Como ainda não há uma decisão favorável, nas demonstrações contábeis da Companhia o valor considerado para o pagamento dos ressarcimentos devidos às distribuidoras pela Companhia é o calculado pela CCEE (até dezembro de 2017).

e. Autos de Infração - REIDI (êxito possível)

A Receita Federal do Brasil (RFB) autuou a empresa Eólica Ibirapuitã S.A., assim como as demais empresas do Complexo Eólico de Livramento, aplicando multa regulamentar em decorrência de suposto descumprimento de obrigação acessória no âmbito do REIDI (Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura). A tese central da defesa referente à multa se refere ao fato de que as empresas haviam comunicado, por equívoco, o encerramento da obra em data incorreta, razão pela qual, na visão da RFB, o prazo legalmente previsto na legislação do REIDI teria sido desobservado.

E o equívoco do contribuinte estaria no fato de que, à época, as obras não haviam se encerrado, daí porque a multa seria incabível. O valor dos autos de infração somados é de R\$ 283, sendo que R\$ 39 se referem à Ibirapuitã. Foram apresentadas impugnações administrativas aos autos de infração, que estão aguardando julgamento na Delegacia Regional de Julgamento (DRJ).

f. Ação Ordinária - GBO Serviços de Portaria e Limpeza Ltda. (perda possível)

Em outubro de 2019, a Companhia recebeu citação de Ação Ordinária proposta pela empresa GBO Serviços de Portaria e Limpeza Ltda. pleiteando o pagamento do último mês da prestação dos serviços, lucros cessantes, multa por rescisão imotivada, referente ao contrato firmado com a Eólica Ibirapuitã S.A., bem como aos contratos firmados com a Chuí Holding S.A. e Santa Vitória do Palmar Holding S.A. Deu à causa o valor total de R\$ 252, sendo que R\$ 48 se referem à Ibirapuitã. Atualmente a ação aguarda julgamento em 1ª instância.

22. Compromissos

22.1. Desmobilização de ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terrenos com terceiros. O Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes determina que se deve constituir provisão de desmobilização de ativos para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original, devendo-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado. Entretanto, os contratos mantidos pela Companhia possuem cláusula específica que permite à Companhia remover ou não a rede elétrica e os equipamentos do terreno, desde que em caso de não remoção não ocorra prejuízos aos arrendadores.

Desta forma, considerando que a Administração espera manter a utilização da rede elétrica e dos equipamentos após o fim do contrato, seja por extensão do contrato ou por venda para terceiros, não foi construída provisão para desmobilização de ativos, já que não são esperados desembolsos.

22.2.Arrendamentos

A Companhia possui compromissos referente ao contrato de arrendamento de terras, os quais se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia.

Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos nas demonstrações do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento. Estes pagamentos ocorrem mensalmente e são equivalentes a 1,0% da receita líquida obtida com a geração de energia.